

Da democracia à cabeça do alfinete – a nova aristocracia manufatureira e a alienação do trabalhador: um ponto de encontro de Marx e Tocqueville

Carlos Stuart Coronel Palma Junior¹

RESUMO

O presente artigo pretende fazer uma análise e contrapor visões de dois autores sobre a questão do trabalho, da alienação do trabalhador, da nova aristocracia manufatureira, e de seu impacto na nascente sociedade democrática. A partir de leitura de Alexis de Tocqueville, de passagens das suas obras na “Democracia na América- Tomo II” e em seus relatos sobre as suas “Viagens à Inglaterra e Irlanda”, e do ponto de vista sobre essas questões presentes nos “Manuscritos Econômicos-Filosóficos” e outros escritos de Karl Marx.

PALAVRAS-CHAVE

Tocqueville; Marx; Economia; Democracia.

¹ Carlos Stuart Coronel Palma Junior é mestrando em Filosofia do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil. E-mail: cscaju@hotmail.com.

From democracy to the head of the pin - the new manufacturing aristocracy and the alienation of the worker: a meeting point for Marx and Tocqueville

ABSTRACT

This article aims to analyze and oppose the views of two authors on the issue of work, the alienation of workers, the new manufacturing aristocracy, and its impact on the nascent democratic society. From reading Alexis de Tocqueville, from passages of his works in “Democracy in America - tome II” and in his reports on his “Journeys to England and Ireland”, and from the point of view on these issues present in the “Manuscripts Economic-Philosophical” and other writings by Karl Marx.

KEYWORDS

Tocqueville; Marx; Economy; Democracy.

Introdução

O extraordinário mundo do século XIX como o nosso, foi um mundo de transformações sem precedentes até então. Este século é filho das duas mais importantes e transformadoras revoluções da história da humanidade depois daquela da agricultura: a Revolução Industrial, na Inglaterra, que é o ponto de partida de uma espetacular reestruturação – que veio a se tornar global – na forma de produzir, comercializar e gerar riquezas; e a Revolução Francesa, que derrubou a monarquia mais tradicional e paradigmática da Europa, e demoliu as rígidas regras políticas e sociais, quebrou limites de castas e estamentos que remontavam à idade média, e propagou uma onda de choque sísmico que se alastrou por toda Europa e sua respectiva zona de influência.

No contexto das duas revoluções, um país jovem da periferia, discretamente então, sintetizou o espírito desse tempo, como em uma catarse: os Estados Unidos. Atraiu a atenção de um jovem aristocrata francês que buscava respostas nesse período de fortes mudanças: o jurista *Alexis de Tocqueville*, que também viria a ser um importante homem de estado, político e diplomata.

No centro dessas mudanças sociais, econômicas da sociedade e de seus valores mais profundos está, evidentemente, a questão das relações de trabalho. Talvez nenhum aspecto da vida humana tenha sofrido uma redefinição tão profunda quanto o trabalho no curso desse século tão transformador, sobretudo na forma como passa a atingir e a determinar a existência humana em todos os seus aspectos, de uma maneira tão absoluta, e em grande parte, tão devastadora.

Além de Tocqueville, outro jovem, o filósofo alemão Karl Marx, arguto observador do fenômeno social, político e econômico questiona novo tipo de sociedade nascente do século XIX: liberal e capitalista.

Esse é o contexto no qual esses dois observadores díspares avaliam o processo histórico e seus desdobramentos políticos; debruçam-se sobre esse mundo de aceleradas mudanças. Tocqueville, de um lado, parte da avaliação de um mundo que rompe com o passado feudal e socialmente estratificado e caminha indelével para a democracia sob duas bases que toma como pressupostos: a liberdade e a igualdade.

Marx por sua vez, nasceu em Trier, região do Vale do Reno que havia sido ocupada pela França no período da Revolução Francesa, mas devolvido após a queda de Napoleão.

Marx teve, como seu pai, paixão pelas “luzes”, instituições trazidas pela Revolução à região, mas que partiram com a volta para Prússia autoritária. Assim, diferentemente de Tocqueville, que viu sua família sofrer nas mãos de Robespierre, Marx se encontrava do outro lado do espectro de espectadores da Revolução Francesa, ou daqueles para quem o lema revolucionário, com valores iluministas, de igualdade, fraternidade e liberdade, não era apenas sinônimo de Terror.

Assim Marx começa sua apreciação intelectual e filosófica, pela defesa dos valores um tanto liberais, como a defesa do sufrágio universal e conseqüentemente da democracia, da liberdade de expressão, flertando com o *idealismo alemão* e frequentando os chamados “jovens hegelianos”. Essa influência vai marcá-lo profundamente. Tal convivência também vai ser marcada por outra característica do filósofo, a dialética de confronto que normalmente resulta em ruptura com as diversas escolas de pensamento com quem vai dialogar ao longo de sua vida intelectual.

São duas visões que a prudência, a princípio, advertiria que são inconciliáveis mas que, entretanto, após uma leitura mais acurada, fazem remontar à superfície extraordinárias convergências, como veremos.

Para tanto, em ambos os lados, é necessária a quebra de vários paradigmas cristalizados em leituras históricas dos dois autores. De um lado o trabalho de resgatar Alexis de Tocqueville da órbita estacionária que lhe foi imposta como um dos patronos do liberalismo francês, sobretudo pela leitura do sociólogo francês Raymond Aron.

Essa leitura, em particular, parece minimizar a importância dos escritos de Tocqueville em uma fase mais madura, resultado de suas viagens à Irlanda e à Inglaterra – mas também de suas manifestações e discursos no parlamento (que são publicações mais recentes) – nas quais se depara com a crueldade e desumanidade das relações de trabalho existentes na Inglaterra Vitoriana e industrial, que aos olhos do autor poderia ser a própria negação da concepção essencial que construía de cidadão livre e partícipe em uma democracia fundada nas bases do igualitarismo.

Igualmente necessário reinterpretar Karl Marx, partindo de um “Marx” recentemente resgatado de um “Marxismo” doutrinário, fruto de uma leitura impositiva e restritiva soviética: a publicação relativamente recente das obras da juventude do autor, acrescida da consolidação das obras completas de Marx e Engels, pelo espetacular Projeto MEGA, ainda em curso, agora com obras que haviam sido censuradas pelo regime stalinista. Sendo os “Manuscritos Econômico-Filosóficos” parte de uma nova leitura, para

os conceitos de base de Marx e suas teorias, e para nós o ponto de partida para compreensão da sua visão quanto à relações de trabalho.

Deste modo tentaremos apresentar pontos da trajetória dos dois autores em direção ao tema, da igualdade de condições, de onde parte Tocqueville, que deságua nas tristes observações do operário manufatureiro de cabeças de alfinetes. Da defesa da liberdade e do sufrágio universal de Marx, para a sua ideia de emancipação do ser humano.

Dos dois pontos de partida ao encontro no meio do caminho

Para chegarmos à percepção dos dois autores acerca da questão do trabalho, precisamos ensaiar uma análise sobre a trajetória e evolução dos pontos de vista de ambos sobre a sociedade e sobre o processo de construção social e econômica. Nos dois casos pode-se argumentar que seja possível observar uma evolução dos posicionamentos teóricos, que desembocam na questão do trabalho. Isso é evidente no trabalho de Marx, mesmo o cerne de toda a sua obra. Já em Tocqueville, a transição do seu posicionamento é mais sutil, porém, inegável.

De um lado, Tocqueville, filho da aristocracia e “observador em primeiro plano” das consequências da Revolução Francesa (que pode sentir no seio de sua família) acena com o avanço “inexorável” das sociedades do tipo “democráticas”. Toma como exemplo a jovem nação americana, que o atrai desde muito jovem, *in locu*, para explorar as suas características e segredos, onde a democracia parecia nascer quase que espontaneamente, sem os arroubos ou a violência revolucionária vividas na França que tanto marcaram sua vida e de sua família.

Encantava-lhe também o sistema político criado pelo parlamentarismo inglês, tendo sido explorado e analisado pelo autor em duas viagens que fez às Ilhas Britânicas em 1832 e 1835, numa das quais se fez acompanhar pelo amigo de viagens ao EUA, Gustave de Beaumont.

Tanto britânicos como americanos dividiam, em boa medida, as mesmas bases democráticas, como fundação estrutural para o Estado, como postos eletivos, divisão do poder do estado adotando a tripartição clássica: com um notável judiciário independente, descentralização política e administrativa exercida por órgãos executivos desde as instâncias locais às nacionais, e o legislativo independente exercido por meio de

representantes eleitos nos diversos níveis de governo. Características típicas das democracias, que ao final daquele mesmo século, tornar-se-iam o sistema político de referência e majoritário.

Para o autor porém, mesmo com a base institucional democrática, ainda que de modo geral prevalecesse a igualdade de condições, no sentido do desaparecimento de privilégios – em especial aqueles adquiridos por nascimento – somente o exercício da cidadania pela participação garantiria a liberdade.

Tocqueville, no Tomo II, mergulha na análise da sociedade democrática e industrial, e percebe que a libertação trazida pela igualdade formal, fruto das leis e dos costumes democráticos, não são estendidos a todos. Ele pode ver que liberdade e a cidadania são, por fim, capturadas pelas relações de trabalho e produção do capitalismo industrial de que ele é testemunha.

Essa análise perscrutante revela que um caminho de maturidade foi percorrido pelo autor, da sua viagem à América e da redação do primeiro volume em 1835 à sua viagem à Inglaterra e Irlanda em 1835 e da redação e publicação do Tomo II, de Democracia na América em 1840.

Tocqueville alerta, portanto, que o avanço do setor manufatureiro recriaria uma nova sociedade de desigualdade, diferente daquela desigualdade do Antigo Regime, mas sobretudo, mais cruel e impessoal. As novas condições de trabalho, próprias dessa forma de produção da industrialização (que era inédita para o autor francês até ele conhecer as cidades industriais britânicas) retiram do trabalhador as condições práticas do exercício de qualquer forma de cidadania ou de direitos civis ou políticos em razão da alienação do trabalho, causado pela extenuante jornada de trabalho e as condições de penúria e miséria. Assim, para Tocqueville a alienação retirar do trabalhador a condição de cidadão, os atributos de liberdade e igualdade, que a democracia e as instituições liberais prometiam a todos.

Por outro lado, em contraste, Marx parece percorrer o caminho contrário. Sua história de certo modo se assemelha ao espelho do caminho de Tocqueville. Marx, nascido em Trier, uma região que passou a pertencer à França após as vitórias revolucionária e restituída à Prússia após o Congresso de Viena com a capitulação do Império Napoleônico. Foi, portanto, imerso no universo do iluminismo e ideais revolucionários franceses, que recai na órbita do absolutismo prussiano. Pontua Júlia Lemos Vieira (2017) em “Caminhos da Liberdade no jovem Marx”:

O jovem Marx constituiu sua personalidade de compromisso com a sua causa de emancipação humana nesse berço saudosista da Revolução Francesa, preña de inconformismo com o absolutismo prussiano (Vieira, 2018, p. 28).

Depois de vivenciar um período da juventude no qual flerta com bandeiras e valores liberais como a liberdade de imprensa, a defesa do sufrágio universal para representação política democrática, Marx, da maturidade, em sua análise dialética do materialismo histórico, termina por encontrar na democracia e nas instituições liberais, uma instrumentalização; a estruturação da sociedade por um Estado, e por um “Direito”, forjados para o fortalecimento e legitimação dos interesses privados da burguesia.

Se Tocqueville parte de uma visão na qual percebe a decadência da aristocracia e do absolutismo como fruto direto da ascensão de uma caminhada da igualdade que permeia a sociedade em direção inexorável à democracia, nota, porém, quando testemunha a exploração extrema de operários de fábricas inglesas – tal qual aqueles que horrorizam os relatos de Engels – que só o liberalismo e a democracia não libertam, na medida em que pouco podem fazer diante da desumanização do trabalhador alienado pela produção industrial.

Marx, por sua vez, começa a sua trajetória a partir de uma formação jurídico-filosófica, em busca de instituições liberais para emancipação em um mundo que regride ao absolutismo, quando percebe que a libertação não viria mais de instituições, mas do próprio homem, consciente da sua condição de proletário, agora liberto da alienação do modo de produção e da divisão trabalho; não somente do capitalismo opressor mas do próprio Estado que tece a trama institucional que o aprisiona.

Pode-se concluir, que embora os dois autores partam de pontos de vista iniciais tão diferentes, chegam a conclusões semelhantes: a burguesia industrial ou aristocracia manufatureira, tanto para Marx quanto para Tocqueville, podem criar as condições para um estado despótico, de desigualdade, mesmo dentro de instituições democráticas.

Keslassy (2000), adverte que diferentemente da visão de liberais que colocam Tocqueville como um defensor do estado mínimo, pelo contrário, defendia a intercessão do Estado em questões sociais como a pobreza, defesa do direito ao trabalho e de trabalhadores (Keslassy, 2000, p. 24-25).

Neste sentido, podemos encontrar autores, como Chistian Bégin, que discorre em artigo publicado no “The Tocqueville Revue”, publicado pela Universidade de Toronto, abrindo com o argumento contundente no qual aponta que, embora haja indiscutível

defesa do liberalismo político na obra de Tocqueville, o autor francês tergiversa acerca da adesão ao liberalismo econômico, até mesmo, tomando da doutrina econômica liberal certa distância.

Christian Bégin (2008) cita a passagem de uma correspondência de Tocqueville a seu irmão, Edouard, em 1847, na qual desconfiava mesmo dos argumentos da economia política:

A política econômica [...] sempre me pareceu um oceano de fatos e argumentos contraditórios nos quais eu nunca vejo com clareza suficiente para estar seguro de trilhar um bom caminho (Bégin, 2008, p. 188, *tradução nossa*).

Para Bégin, hipótese de não alinhamento de Tocqueville com o liberalismo econômico pode residir no fato de que para Tocqueville não há a adesão a um tratado econômico, como para autores da teoria econômica clássica liberal, como David Ricardo ou do economista político também francês Jean-Baptiste Say. Tocqueville, na qualidade de homem político e parlamentar, traz em sua análise elementos mais abrangentes, como da dinâmica social e de seus posicionamentos parlamentares fruto de seu engajamento político.

Eric Keslassy, no entanto, rebate, de forma enfática, que não se trata de uma ausência de familiaridade do autor com a economia política, mas sim do posicionamento de se recusar a se alinhar a teses econômicas liberais, como pode ser percebido em suas obras, em relatos de sua viagem à Inglaterra e à Irlanda, mas também na militância ativa do parlamentar (Benoît e Keslassy, 2005, p. 178-216)¹ Tocqueville, que se manifesta ativamente em seus discursos e propostas junto ao parlamento para um maior envolvimento do Estado Francês na adoção de programas efetivos de combate ao “pauperismo”, ou mesmo para a regulamentação de direito dos trabalhadores e do constitucional direito ao trabalho. Keslassy chega a se referir ao autor como uma espécie de “terceira via”, “*avant la lettre*”, no espectro político francês da época.

Em *A Democracia na América*, Tocqueville via o fenômeno econômico como consequência das condições sociais, políticas e morais forjadas pelos anglo-americanos na construção de uma sociedade no novo mundo. No Tomo I, escrito entre 1830 e 1835, descrevia a democracia americana com os olhos voltados para trás, do embate entre esta e o antigo regime.

¹ O autor sobre o alinhamento parlamentar de Tocqueville à setores da esquerda francesa é evidente. Além disso milita pela intervenção do Estado em diversas questões as quais normalmente são rejeitadas pelos liberais que consideram não ser papel do Estado intervir.

Hoje podemos fazer uma leitura mais ponderada diante da conta da evolução dos tempos e dos fatos, e mesmo da postura, escritos e novas reflexões de Tocqueville sobre a própria obra. Para ele, portanto, a emergência da América significava a ruptura com o sistema feudal e aristocrático. Sendo ele próprio membro da aristocracia, do seu ponto de vista do andar de cima, via emergir uma “massa disforme” (sem distinção entre burgueses, trabalhadores e camponeses) do subsolo da sociedade, de castas do antigo regime, o que julgava ser o prenúncio, o sinal, de uma sociedade mais igualitária, quando na realidade o que via era a burguesia que estava na frente de todos demais, como mais tarde pôde testemunhar com espanto e horror na cidade industrial de Manchester (Inglaterra), por exemplo.

Burguesia que com o tempo (como reconhece o próprio Tocqueville em sua digressão histórica no primeiro volume de *Democracia na América*) se enriquecia, ascendia e se igualava à aristocracia, e logo após ultrapassava os nobres de longe; ponto no qual, segundo Marx, a burguesia toma o Estado para si, construindo a partir de um Estado Burguês (conforme Hegel – o estado como fruto da sua própria razão), um novo arranjo institucional, descartando a aristocracia para a obsolescência.

Nos Estados Unidos, Tocqueville via desembarcar nas praias do novo mundo a semente de uma sociedade de anglo-protestantes comunitária e igualitária (excluindo, evidentemente indígenas e negros escravos). Comunitária, com fortes raízes democráticas, porque desde o período colonial as deliberações da comunidade e da administração da coisa pública eram decisões tomadas pelos colonos em suas instituições comunais, independente da coroa em Londres. Logo, Tocqueville considera esse exercício da cidadania precoce como o efetivo exercício da soberania.

Mais adiante, em suas reflexões no Tomo II de *Democracia na América* publicado em 1840, Tocqueville passa a voltar os seus olhos para o presente e o futuro. Reconhece como uma nova aristocracia poderia surgir da indústria (Tocqueville, 2004, p. 195), e adverte, de modo sombrio, porque e como esta seria talvez a mais brutal das elites jamais vista, movida pelo amor ao dinheiro, desincumbida de qualquer vínculo ou obrigação social, ou mesmo religiosa, que obrigava aristocratas do velho regime aos seus súditos em suas comunas, condados e ducados.

Depois de sua visita à Inglaterra profunda e industrial, de Manchester e Birmingham, percebe a face da desigualdade urbana e manufatureira, que pouco tinha em comum com a democracia igualitária que idealizou em sua passagem pela América, cujo

desenvolvimento industrial mais brutal chegaria com força após a Guerra de Secessão, na década de 1860, e se consolidaria indiscutível depois da década de 1880, também chamada de “*Gilded Age*”².

Como previa Tocqueville, uma nova aristocracia cresceu e floresceu na América, como em nenhum outro lugar do mundo. A América “jefersoniana” de Tocqueville, da década de 1830, tinha muito pouco a ver com o que viria a ser nas décadas seguintes, sobretudo a partir do período pós-Guerra Civil Americana (1861-1865), já a partir da década de 1870. Uma nova América dos “Capitães da Indústria” das grandes siderúrgicas, caminhos de ferro, petróleo, eletricidade, vão substituir a América agrária e bucólica de Tocqueville.

Figuras como John D. Rockefeller, Jay Gould, Andrew W. Mellon, Andrew Carnegie, J. P. Morgan, Leland Stanford, Meyer Guggenheim, Jacob Schiff, Charles Crocker, Cornelius Vanderbilt, serão os novos “Barões”, que vão mesmo mimetizar aristocratas e a realeza europeia, construindo verdadeiros castelos na América.

O pensador francês percebeu bem cedo, que a sua visão da igualdade, quando revisita a obra no tomo II, poderia ser uma miragem de quem, membro da aristocracia, testemunharia mais tarde a ascensão da burguesia industrial, em meio de uma forma nova desigualdade econômica, que tornar-se-ia uma “aristocracia” mais brutal, sem compromisso social com empregados ou com a comunidade, e sobre esse temor deixa em seu livro a sua advertência.

Marx, por sua vez, inicia a sua trajetória como estudante de direito, com uma formação jurídico filosófica com bases iluministas, sob influência da revolução francesa. Cruza com os jovens hegelianos, como Bruno Bauer, o que o leva a estudar o Estado e o Direito, a democracia e os sistemas políticos, para enfim romper suas raízes de liberal radical, com a sua *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*.

Com exílio em Paris, recomeça do zero, encontra as correntes de filósofos como Pierre-Joseph Proudhon, de um socialismo francês reformista. Adota uma verve humanista, que parte por negar Kant por meio de Hegel, que se complementa com Feuerbach, de quem extrai a influência do materialismo; com o qual revisita e revisa a história, virando-a do avesso, subvertendo as bases do liberalismo clássico de David Ricardo e Adam Smith.

²“Gilded Age”: termo cunhado por Mark Twain e Charles Dudley Warner em 1873. O período foi marcado por uma concentração de renda sem precedente nos Estados Unidos, fruto de uma expressiva expansão da indústria e forte barateamento da mão de obra, causada pela migração em massa da Europa.

Chega enfim ao trabalho, que toma como base de tudo, sendo que as diferentes relações decorrentes do trabalho, resultam nos diferentes modos de produção, sendo o capitalismo a sua última forma de estratificação da sociedade através da dialética entre proletários e burgueses. Por fim, propõe a emancipação humana, que só pode ser atingida pela realização plena do homem por meio do trabalho, livre, e desamarrado do fardo da subsistência. Parte de um republicanismo inicial, para a negação do Estado e da burguesia, cujo mecanismo denuncia com veemência: a luta de classes.

Marx, ao contrário de Tocqueville, valendo-se do seu método um tanto hegeliano, parte da leitura dos clássicos como Adam Smith e David Ricardo, mas desconstrói o do discurso econômico liberal a partir das mesmas premissas de criação social de valor e riqueza apontadas por esses mesmos autores. Sob a batuta de Marx, o liberalismo clássico é virado no seu próprio avesso. Nesse respeito, em seus escritos “Crítica ao Programa de Gotha”, dispara, em alusão aos manuais de economia de liberais clássicos:

o trabalho não é fonte de toda riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (os valores de uso são, de fato, a riqueza real) tanto quanto o trabalho, trabalho que é a expressão de uma força natural, a força do trabalho do homem. [...]. Mas um programa socialista não pode permitir que essa fraseologia burguesa omita as condições que só elas, lhe podem dar sentido. Só enquanto o homem se coloca, desde o início, como proprietário em relação à natureza, a fonte primeira de todos os meios e objetos de trabalho, e trata como se ela (a natureza) lhe pertencesse, é que o seu trabalho se converte em fonte de valores de uso e, portanto, em fonte de riqueza. Os burgueses têm razões de sobra para atribuir ao trabalho esse poder sobrenatural de criação: precisamente pelo fato de o trabalho estar na dependência da natureza se conclui que o homem que possuir apenas a força de trabalho será forçosamente, em qualquer estado [situação] social e de civilização, escravo de outros homens que se tornaram proprietários das condições objetivas do trabalho. Ele não pode trabalhar nem, por conseguinte, viver, a não ser com a autorização destes últimos (Marx, 2012, p. 87-88, grifos nossos).

A crítica ao Programa de Gotha, faz parte de um período mais tardio de Marx, foi escrito em 1875. Sobre a questão do trabalho, Marx faz ponderações em trabalhos anteriores. Escrito em 1844, o conjunto de anotações chamados de “Manuscritos Econômico-Filosóficos”, escritos em Paris, dá o contorno do que seria a sua crítica mais bem lapidada em “O Capital”.

Nos Manuscritos, Marx concentra sua artilharia dialética nos monumentos econômicos liberais de Smith e Ricardo. Marca a passagem do autor do idealismo

hegeliano para o materialismo dialético (Marx, 2013, p. 7-10)³, onde elabora conceitos-chave para a crítica do capitalismo como: capital; alienação, como processo econômico próprio do capitalismo; comoditização do trabalho e do homem, e da necessidade de superação da propriedade privada.

Os Manuscritos são a investida de Marx na criação de um estudo sobre economia política partindo de suas entranhas liberais, para uma compreensão mais ampla que desafia a emergência do pensamento burguês capitalista, diferentemente da abordagem de Tocqueville que, até pelo certo despreço que vimos ter ele sobre a matéria, preferia abordar a questão econômica ajuntando elementos sociais, políticos, legais e costumes, culturais e ainda religiosos e históricos.

Talvez o ponto mais marcante frisado por Marx tenha sido a realização de que a sociedade caminha, ao longo da história, como resultado direto das “luta de classes”, sendo a síntese dessa dialética o curso da própria história. A luta de classe produz o mundo no qual os vencedores constroem as instituições e as leis⁴ por meio do Estado que espelha a vontade da burguesia.

A igualdade

³Como destaca Jesus Ranière em suas notas de tradução dos Manuscritos Econômico-Filosóficos (2008).

⁴ - “[...] A propriedade etc., em suma, todo o conteúdo do direito e do Estado é, com poucas modificações, o mesmo na América do Norte assim como na Prússia. Lá, a república é, portanto, uma simples forma de Estado, como o é aqui a monarquia. [...] A constituição se desenvolveu como a razão universal contraposta às outras esferas, como algo além delas. A tarefa histórica consistiu, assim, em sua reivindicação, mas as esferas particulares não têm a consciência de que seu ser privado coincide com o ser transcendente da constituição ou do Estado político e de que a existência transcendente do Estado não é outra coisa se não a afirmação de sua própria alienação. A constituição política foi reduzida à esfera religiosa, à religião da vida do povo, [...]. A monarquia é a expressão acabada dessa alienação. A república é a negação da alienação no interior de sua própria esfera. Entende-se que a constituição como tal só é desenvolvida onde as esferas privadas atingiram uma existência independente. Onde o comércio e a propriedade fundiária ainda não são livres nem independentes, também não o é a constituição política. A Idade Média foi a democracia da não liberdade. [...] A abstração do Estado como tal pertence somente aos tempos modernos porque a abstração da vida privada pertence somente aos tempos modernos. A abstração do Estado político é um produto moderno. [...] o conteúdo material do Estado é colocado por intermédio de sua forma; cada esfera privada tem um caráter político ou é uma esfera política; ou a política é, também, o caráter das esferas privadas. Na Idade Média, a constituição política é a constituição da propriedade privada, mas somente porque a constituição da propriedade privada é a constituição política. Na Idade Média, a vida do povo e a vida política são idênticas. O homem é o princípio real do Estado, mas o homem não livre. *É, portanto, a democracia da não-liberdade, da alienação realizada. A oposição abstrata e refletida pertence somente ao mundo moderno. A Idade Média é o dualismo real, a modernidade é o dualismo abstrato.*” MARX, Karl, “Crítica à Filosofia do Direito de Hegel”, pesquisado em 15/08/2019, in: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/critica/index.htm>.

Para ambos autores, de maneiras distintas, a igualdade é um conceito-chave para a compreensão das relações sociais em geral, mas com uma importância em particular para as relações de trabalho.

Em Tocqueville, a igualdade é a peça central para a *democracia* (Nunes, 2018, p. 79-93) ⁵, constrói o seu argumento a partir da concepção da construção de um caminho indelével em direção à democracia no qual ele identifica indícios históricos, a partir da idade média, que apontam para uma igualdade de condições, que aproximam paulatinamente os estamentos da sociedade feudal.

Para ele a igualdade é, portanto, a principal característica, motivação e paixão do homem e da sociedade democrática. A liberdade, diferentemente da igualdade, depende de uma ação, é a participação ativa do cidadão nas instâncias e espaços “públicos” de exercício da cidadania. Assim, não há cidadania quando há ausência de participação, portanto, o operário “preso” ao seu ofício, “bitolado”, “dependente” e “brutalizado” pela alienação do trabalho, não pode ser cidadão porque não dispõe de liberdade efetiva de participação nas esferas de ação pública de exercício da cidadania.

Pode-se dizer que Tocqueville é ambíguo com relação ao alcance da igualdade, até porque, o autor não fecha um conceito a respeito do tema, e utiliza a palavra “igualdade”, assim como a palavra “democracia”, em contextos e significados diferentes ao longo de sua obra. Liberais defendem que a noção de igualdade de condições de Tocqueville vislumbrava tão somente a igualdade formal.

O autor adverte que essa nova aristocracia é ainda mais nociva que aquela do antigo regime, uma vez que somente entabula com a comunidade e os operários uma relação puramente econômica, na qual o que importa são as horas trabalhadas e relações de produção. Não possui, assim, vínculo de obrigação de solidariedade ou moral com a sua comunidade e muito menos com os trabalhadores, como se observava com os nobres,

⁵ - No sentido da questão fundamental da igualdade, Reis (2018, p. 80) observa o que pontua Tocqueville na sua percepção da evolução social a partir da idade média para as condições de igualdade na sociedade francesa: “[...] Dos meses de permanência naquele país a firma ‘entre os novos objetos que me chamaram atenção durante a minha permanência nos Estados Unidos nenhum me impressionou mais do que a igualdade de com a característica peculiar do estado democrático em relação ao Antigo Regime. Esta percepção marca o primeiro tomo de A Democracia na América publicado em 1835. Já na introdução, em um esforço de encontrar a origem do que ele denomina ‘grande revolução democrática’ vincula ao vir-a-ser da igualdade de condições, Tocqueville transporta-se setecentos anos para o passado e encontra a França dividida entre um pequeno número de famílias que comandam e um grande número de pessoas comandadas. Essa relação de poder que se perpetua pela força de geração em geração, tem origem na propriedade da terra. Percorrendo esse longo período de tempo Tocqueville mostra aos muitas circunstâncias que concorreram para o benefício da igualdade social. Nobres e plebeus se aproximavam pelo desenvolvimento de talentos, pelo acesso ao conhecimento das técnicas, pela distribuição de bens [...]”.

que deviam aos seus súditos obrigação moral e mesmo legal de socorro econômico e social. Assim pontua:

A aristocracia territorial, dos séculos passados estava obrigada, pela lei, ou se acreditava obrigada pelos costumes, a socorrer seus servidores e aliviar suas misérias. Mas a aristocracia manufatureira de nossos dias, depois de ter empobrecido e embrutecido os homens de que se serve, entrega-os em tempo de crise à caridade pública para alimentá-los. [...] Penso que, tudo somado, a aristocracia manufatureira que vemos se elevar diante de nossos olhos é uma das mais duras que já apareceu na terra; mas ela é ao mesmo tempo, uma das mais restritas e menos perigosas. Todavia, é para esse lado que os amigos da democracia devem dirigir sem cessar e com inquietude seus olhares; porque, se algum dia a desigualdade permanente das condições e a aristocracia vierem a penetrar novamente no mundo, podemos predizer que é por essa porta que entrarão (Tocqueville, 2004, p. 1998-1990).

Para Marx a ideia de emancipação do ser humano era central. É comum a generalização de que Marx pregava uma sociedade igualitária, no entanto, se aprofundarmos em suas ideias, para o autor a emancipação do ser humano pelo trabalho significava, mais do que isso: a possibilidade de oferecer a todos os seres humanos a capacidade de desenvolver seu pleno potencial a partir de suas próprias individualidades, desejos, e características pessoais e únicas; superando para todos as necessidades básicas para existência.

Assim, curiosamente, alcançar a emancipação não é a busca do igualitarismo, mas bem ao contrário, é exaltar o alcance das diferenças dos indivíduos na realização dos seus potenciais, garantida a subsistência de todos.

A emancipação é a reunificação do homem fracionado pela alienação do trabalho, pela divisão do trabalho no sistema capitalista, e o resgate do homem também pelo trabalho, mas que, neste caso, lhe fará um todo completo, pela superação dos meios de produção, do individualismo, do direito e do Estado burguês.

Assim a noção de igualdade para Tocqueville, ou para Marx a emancipação do ser humano dão o pano de fundo no qual cada qual discute a questão de trabalho.

O Trabalho

Para Tocqueville, em *Democracia na América*, vimos o destacado Capítulo XX do Tomo II, que mais é uma advertência à exploração do trabalho, da alienação do

trabalhador e da formação de uma nova aristocracia, amoral e obcecada pelo dinheiro⁶ e o lucro.

Mas, embora não haja menção textual em *Democracia na América*, no seu segundo Tomo, é razoável assumir que, uma vez que foi publicado em 1840, as impressões descritas por Tocqueville neste volume tenham sofrido a influência de suas viagens à Inglaterra e à Irlanda. O autor foi por duas vezes à Inglaterra: a primeira viagem, em 1833, ficou restrita à Londres, sempre guiada por anfitriões ilustres e políticos locais. Teve assim uma visão, digamos, “elitista” da realidade da ilha. Essa viagem foi útil para que Tocqueville conhecesse bem o sistema político e administrativo da peculiar forma de governo da Inglaterra. Além disso começava a se debruçar sobre a questão do pauperismo.

Nas viagens para Inglaterra e Irlanda, Tocqueville testemunhou os horrores entre os trabalhadores de Manchester e Birmingham. Estes horrores são, para o autor, um prenúncio de um capitalismo industrial avarento, egoísta e ganancioso, que aos seus olhos poderia fulminar a democracia baseada na igualdade e na liberdade, já que brutalizava o operário ao passo que criava uma elite cruel apoiada na miséria, dos homens e dos espíritos.

Apesar de incompleto, ele publicou o “Segundo Ensaio sobre o Pauperismo” que, por sua vez, é baseado nas viagens de 1835, nas quais o autor evita a capital, Londres, e parte direto para as cidades industriais inglesas e também para Irlanda. A partir dessa nova experiência o autor claramente reavalia seus conceitos sobre o pauperismo, que falaremos adiante.

Assim, no primeiro ensaio, relativiza a situação de miseráveis ingleses argumentando que a pobreza tem graus diferente nos diferentes países. Que a quantidade de indigentes em países menos desenvolvidos, como aqueles da Península Ibérica, é menor em nível de riqueza presente na sociedade, portanto, nivelando por baixo a situação de vida da comunidade como um todo.

Já em países desenvolvidos como a Inglaterra, há mais miseráveis, porque o nível de vida é mais elevado, e ainda assim a “qualidade” de vida de um miserável inglês seria melhor que do miserável ibérico⁷. A diferença muito maior entre ricos e pobres na

⁶ TOCQUEVILLE, 2000, p. 60: “[...] Ao contrário, não conheço país em que o amor ao dinheiro ocupe maior espaço no coração do homem e em que se professe um desprezo mais profundo pela teoria da igualdade permanente dos bens. Mas lá a fortuna circula com incrível rapidez, e a experiência ensina que é raro ver duas gerações recolherem os seus favores”.

⁷ Cf. TOCQUEVILLE, 2000, p. 76-78 e 89.

Inglaterra, argumentava, poderia fazer os miseráveis britânicos se sentirem “mais” miseráveis que seus contrapartes ibéricos, que não viam uma diferença tão grande nas riquezas e, tampouco, no modo de vida. Concluiu o autor francês, que a miséria para os ingleses era mais dolorosa, conforme destaca:

Basta cruzar o interior da Inglaterra para pensar que fomos transportados para um Éden da civilização moderna – estradas magnificamente conservadas, casas novas e limpas, gado bem alimentado a pastar em campos ricos, agricultores fortes e saudáveis com uma quantidade de riqueza mais espantosa do que em qualquer lugar do mundo – e, para suprir as necessidades mais mundanas, existe um padrão de vida mais refinado e gracioso do que em qualquer outro lugar. Há uma preocupação constante com o bem-estar e com o lazer, uma impressão de prosperidade geral que parece fazer parte do próprio ar que respiramos. A cada passo dado em território inglês, encontra-se algo capaz de fazer o coração do turista ficar exuberante. Agora observamos com mais atenção as vilas: examinemos os registros das paróquias, e iremos descobrir, com indescritível espanto, que um sexto dos habitantes deste reino florescente vive às custas da caridade pública. Mas, se voltarmos à Espanha ou até Portugal, teremos uma visão totalmente diferente. Veremos em cada canto uma população mal vestida e vivendo no meio de uma zona rural cultivada pela metade e em habitações miseráveis. Em Portugal, no entanto, o número de indigentes é insignificante. M. de Villeneuve estima que este reino contém um indigente para cada vinte e cinco habitantes. Antes disso, o famoso Balbi nos deu a estimativa de um indigente para cada noventa e oito habitantes (Tocqueville, 2000, p.76-77).

[...]Se todas essas reflexões estiverem corretas, é fácil perceber que quanto mais rica uma nação maior será a multiplicação daqueles que apelam para a caridade pública, já que duas causas poderosas tendem a levar a tal resultado. De um lado, nestas nações, a classe que estiver mais exposta às necessidades cresce continuamente. De outro as necessidades expandem e diversificam infinitamente, e a chance de se ficar exposto a alguma delas torna-se mais frequente a cada dia (Tocqueville, 2000, p. 89).

Nessa sua primeira abordagem, Tocqueville questionava o assistencialismo – a caridade pública – das paróquias, que atribuía aos desvalidos a maior responsabilidade de sua miséria. Até então acreditava que o assistencialismo não somente não poderia resolver o problema como poderia ampliá-lo.

Assim, havia uma desconfiança quanto a forasteiros que chegavam à cidade, que muitas vezes tinham que comprovar renda ou bens que justificassem a sua estadia. Para Tocqueville, bem como para outros liberais, mesmo Adam Smith, essa imobilização da mão de obra dificultava a circulação de trabalhadores, para lugares onde havia necessidade de mão de obra, ao mesmo tempo tornava crítica a situação de lugares que sofriam com desemprego. Via na caridade e na política assistencialista, neste período, uma brecha para degeneração tanto para o trabalhado quanto para os valores sociais.

Considerava que existiriam “dois incentivos para o trabalho: a necessidade de viver e o desejo de melhorar as condições de vida⁸”. Argumentava que a caridade legal afetaria também a liberdade e moralidade do indigente, uma vez que os benefícios vinculavam-se à obrigatoriedade de residência junto à comuna sob a jurisdição da paróquia responsável pela distribuição da ajuda, imobilizando assim os infelizes tal qual camponeses ligados ao feudo medieval.

Entretanto, uma reversão ocorre, quando em sua segunda viagem à Inglaterra e Irlanda.

Desta vez o autor faz um roteiro próprio, e se faz acompanhar pelo velho amigo de viagem, Gustave de Beaumont (Tocqueville, 2000, p. 93)⁹, com quem partilhou a jornada para os Estados Unidos anos antes. Eles se embrenharam na Inglaterra industrial profunda. O que viram foi chocante.

A viagem começa bem e Tocqueville descreve, como na primeira, o comportamento de membros da sociedade, de partidos políticos, das instituições britânicas, até de sua conversa com John Stuart Mill (Tocqueville, 2000, pg 83)¹⁰. Mas começa a ficar interessante a partir de seus relatos contando o circuito que foi feito de Birmingham à Dublin (Tocqueville, 2000, p. 101 à 122)¹¹.

Manchester, cidade que abrigava grandes indústrias de tecidos, fios, e algodões, se diferenciava de Birmingham, que abrigava indústrias menores, onde, em pequenos ateliês, artesãos fabricavam utensílios de metal, metalurgia em geral e armas. Na segunda as condições de trabalho eram melhores, e a carestia e o número de indigentes era menor. Tocqueville assim descreve diferenciando as duas cidades:

Polícia mais imperfeita em Manshester que em Birmingham. Ausência mais completa de governo, sessenta mil irlandeses (no máximo cinco mil em Birmingham), uma multidão de pequenos locatários amontoados na mesma casa. Em Birmingham quase todas as casas ocupadas por uma única família; em Manshester, uma porção da população em porões úmidos ou demasiados quentes, fétidos e insalubres: treze ou quinze indivíduos na mesma. Em Birmingham coisa raríssima. Em Manshester, águas estagnadas, ruas mal pavimentadas ou não pavimentadas. Latrinas insuficientes. Todas essas coisas são quase desconhecidas em Birmingham. Em Manshester alguns grandes capitalistas, milhares de pobres operários, pouca classe média. Em Birmingham, poucas manufaturas, muitos pequenos industriais. Em Manshester os operários reunidos em números de mil, dois mil ou três mil na manufaturas. Em

⁸ Cf. TOCQUEVILLE, 2000, p. 93.

⁹ Que também escreve um trabalho sobre a viagem à Irlanda: “L’Irlande social, politique et religieuse”.

¹⁰ Cf. TOCQUEVILLE, 2000, p. 83.

¹¹ Cf. TOCQUEVILLE, 2000, p. 101-122.

Birmingham os operários trabalhavam em suas casas ou em pequenas oficinas do proprietário patrão. Em Manchester, necessitavam sobretudo de mulheres e crianças, em Birmingham, particularmente homens, poucas mulheres (Tocqueville, 2000, p. 100-125).

Sobre o urbanismo transformado pela ocupação industrial caótica, Tocqueville se assombra (Tocqueville, 2000, p. 110-112):

Trinta ou quarenta manufaturas erguem-se no topo das colinas que acabo de descrever. Seus seis andares sobem aos céus, seu imenso muro anuncia de longe a centralização da indústria. *Em redor delas foram semeadas como que ao sabor das vontades as miseráveis moradas dos pobres.* Entre elas estendem-se terrenos incultos, que já não possuem os encantos da natureza campestre, sem apresentar ainda os ornados das cidades. A terra aí já está remexida, rasgada, entreaberta em mil lugares, em mil lugares, mas ainda não está coberta com moradas do homem. São charmeças de indústria. [...] *Montes de lixo, escombros de edifícios, poças de águas estagnadas e fétidas mostram-se aqui e acolá ao longo da morada dos habitantes ou sobre a superfície cheia de saliência e de buracos das praças públicas [...].* “Aí desembocam pequenas ruas tortuosas e estreitas, margeadas por casas de um pavimento, cujas ripas mal juntas e vidraças quebradas anunciam de longe como que o último abrigo que o homem possa ocupar entre a miséria e a morte. Entretanto, os seres desafortunados que ocupam esses antros ainda excitam a inveja de alguns de seus semelhantes. *Embaixo de suas miseráveis moradas encontram-se uma fileira de porões aos quais conduz um corredor semi-subterrâneo. Em cada um desses locais úmidos e repugnantes estão amontoados numa confusão doze ou quinze criaturas humanas.* Ao redor desse abrigo de miséria, um dos riachos de cujo curso descrevi acima arrasta lentamente suas águas fétidas e lodosas, que os trabalhos da indústria tingiam de mil cores. Elas não são de modo nenhum contidas em cais; as casas foram construídas ao acaso sobre as margens. Amiúde, do alto de suas margens escarpadas, percebe-se que parece abrir-se com dificuldade um caminho no meio dos destroços no solo, de moradas começadas ou ruínas recentes. *É o estige desse novo inferno. [...] No meio dessa cloaca infecta que o maior rio da indústria humana nasce e vai fecundar o universo. Desse esgoto imundo, o ouro escoia. É aí que o espírito humano se aperfeiçoa e se embrutece; que a civilização produz suas maravilhas e que o homem civilizado volta quase selvagem [...]* (grifos nossos).

Sobre Liverpool, acrescenta: “Liverpool, bela cidade. A miséria é quase tão grande quanto em Manchester, mas ela se esconde. Cinquenta mil pobres vivem em porões. Sessenta mil irlandeses católicos”(Tocqueville, 2000 , p. 114). Por fim arremata:

[...] Como a nobreza inglesa teve muito cedo a idéia e a necessidade de apoiar-se nas classes médias e só pode fazê-lo concedendo-lhe um poder político, a aristocracia do dinheiro não tardou a estabelecer-se.[...] *O dinheiro é o verdadeiro poder.* A riqueza na Inglaterra não só se tornou, portanto um elemento de consideração, de prazeres, de felicidade; mas também é um elemento e, *poder-se-ia quase dizer o único elemento de poder, o que nunca se vira, ao que eu saiba, em nenhuma outra nação e em nenhum outro século.* Foi peso imenso, acrescentado do lado da riqueza, que fez imediatamente pender para ela a balança do espírito humano e de toda alma humana foi como que arrastada para esse lado. Concedeu-se à riqueza o que lhe cabe naturalmente e também o que não lhe cabe. A riqueza deu o usufruto material, o poder e

também a consideração e estima, o prazer intelectual. *Em todos os países, parece uma desgraça não ser rico. Na Inglaterra, tornou-se uma horrível desgraça ser pobre.* A riqueza desperta de uma só vez a ideia da felicidade, todas as ideias acessórias da felicidade; a pobreza, ou mesmo a mediocridade, toda a imagem do infortúnio e todas as ideias acessórias do infortúnio [...] (*grifos nossos*).

Em suas notas sobre a Irlanda, Tocqueville mergulha fundo na miséria humana. Lá encontra a pobreza mais inclemente. Não há manufaturas como na Inglaterra, os camponeses são espoliados por grandes proprietários que abusam dos alugueis. A produção agrícola é destinada a abastecer mercados ingleses, o lucro é gasto pelos proprietários de terras nas altas rodas sociais em Londres. Não há empregos suficientes, e a fome mata mais do que em qualquer outro lugar na Europa.

A partir da visita à Irlanda, Tocqueville rompe com o pensamento econômico liberal. Compreende que o estado de indigência não é necessariamente “culpa” ou em razão de se tratar de um “mau pobre”, mas fruto de uma falta estrutural de trabalho. No segundo “ensaio sobre o Pauperismo”, de 1837, incompleto, ele destaca que o operário é constrangido por dificuldades sobre as quais não tem controle, fruto das forças do mercado, causado por crises periódicas (Benoît e Keslassy, p. 177-178)¹², que os afeta sem que nada possam fazer a respeito.

Assim fica claro que Tocqueville, após uma guinada resultante de seu testemunho ocular das condições dos proletários ingleses e irlandeses, se aproxima da crítica marxista, em muitos pontos coincidentes com a avaliação de Tocqueville. Jean-Luis Benoît e Keslassy ressaltam a similitudes entre a descrição de Tocqueville sobre as condições de trabalho em Manchester, e as descrições feitas por Engels, em 1845, e aponta o paralelismo existente entre a visão tocquevilleana e a marxista, quanto à condenação da miséria vivida pelos trabalhadores, fruto da alienação e da divisão brutal do trabalho (Benoît e Keslassy, p. 177-178):

Algumas linhas dessa paisagem devem surpreender ao leitor familiar com a «doxa» que envolve a obra de Tocqueville. Ela permitem, na realidade, descobrir junto à esse «liberal» «sotaques» que já anunciam a pesquisa de Engels sobre a condição da classe trabalhadora na Inglaterra, na França e na Alemanha (1845). [...] Essa estudo, prelúdio do Marxismo, oferece uma pintura paralelamente apocalíptica dos bairros misteriosos de Manshester, como Engles,

¹² (Benoît, Keslassy, 2005, p. 177-178, *tradução nossa*): “nós podemos prever que as classes industriais estarão, independentemente das causas gerais e permanentes da miséria que agem sobre elas, sujeitas frequentemente às crises. É portanto, necessário poder lhes dar garantias, ao mesmo tempo, pelos males que elas atrem sobre si mesmas, bem como daqueles dos quais nada podem”

Tocqueville estaria anunciando Marx? [...] Tocqueville e Marx são testemunhas da mesma realidade e as suas análises convergem as vezes quando se trata de descrever a miséria do trabalhador e de denunciara alienação do proletariado [...]” (tradução e grifos nossos).

Para Marx o trabalho é e sempre será um elemento cujo papel mediador é ineliminável da sociedade humana. Nos “Manuscritos Econômico-Filosóficos” ele aborda o tema identificando que a divisão do trabalho cria as condições de separação do homem do seu trabalho, do processo de trabalho, e por fim de si próprio, o processo de alienação, na qual o próprio homem vira uma mercadoria, e sua força de trabalho o único produto que pode oferecer o homem destituído dos meios de produção.

Se tudo vira mercadoria, tudo também tem seu preço e vira dinheiro. Assim o poder do dinheiro é obtido pela conversão do trabalho em riqueza, e do homem alienado em simples produto-mão-de-obra, útil tão somente para a contabilidade dos custos de produção.

Tocqueville é claro quanto ao trabalho, e a divisão do trabalho, enquanto formas de alienação do trabalhador, como modo de embrutecer e despir o cidadão de qualquer traço de cidadania, tornando vazia, inócua, a promessa de direitos oferecido pelo Estado Democrático. Tal posicionamento converge com a visão marxista de alienação do trabalho, na qual o homem deixa mesmo de se perceber como ser humano.

Marx argumenta que a acumulação de riqueza só é possível a partir da acumulação primária, que constitui na apropriação dos meios naturais, na constituição da propriedade privada, e a partir dela na apropriação do trabalho de quem, desprovido dos meios de produção, só pode oferecer a força de trabalho. O jovem Marx, já quando aborda a questão do “furto de madeira” (LÖWY, 2002), em seus escritos primevos da Gazeta Renana, se vê um embrião de questionamentos sobre distribuição de terras e da propriedade privada, talvez como feito na revolução francesa, sobre a sua terra natal, já via a distribuição de terras como meio de aplacar a concentração de renda em direção à igualdade, base fundamental para existência da democracia.

Conclusão

No século XIX as mudanças vêm a galope. Nos séculos anteriores as mudanças eram lentas, e muitas vezes imperceptíveis. As vezes uma mudança precisava mais do que uma geração inteira para se concretizar.

Não há dúvida que o trabalho é uma das partes mais importantes da vida do ser humano. É por meio do trabalho que nos tornamos humanos, que criamos as nossas sociedades, nos associamos e somos capazes de criar e vivenciar experiências. É pelo trabalho que produzimos tudo de que precisamos. Ambos nossos autores tinham essa compreensão.

Para Marx, o trabalho é indissociável da condição humana e fato gerador de tudo mais. Tocqueville, via no trabalho uma parte importante para nos integrarmos à comunidade.

Ambos autores também viam os perigos da divisão do trabalho, da alienação decorrente do trabalho despersonalizado e exaustivo que rouba o homem de si, que rouba a cidadania e o seu exercício fundamental para consolidar a democracia. Em Marx, a emancipação; em Tocqueville, a igualdade; duas posições diferentes porém, sem dúvida, duas faces da mesma moeda.

Tocqueville crê no princípio de que a democracia é a força, incontornável e irresistível, capaz de colocar a ordem no caos das ruínas do antigo regime. Entretanto não sem os seus perigos.

A cidadania pela ação implica necessariamente a participação, que implica por sua vez o tempo livre para o trabalhador poder participar das instâncias democráticas, na qual poderá fazer a exposição de suas demandas, opinar em outras propostas e planos comunitários de governo, combater a tirania da maioria, ou o assalto de uma minoria pela captura do Estado em razão da apatia coletiva, que pode resultar na delegação pelos cidadãos dos afazeres democráticos para um Estado que pode vir a ser despótico. Assim, na visão tocquevilleana, só pode haver democracia em um ambiente onde o trabalho não consome integralmente o cidadão.

Tais posicionamentos transformam Tocqueville em um estranho liberal, que flerta com a esquerda dos “Jeune Gauche”, defende medidas sociais e diversas outras intervenções patrocinadas pelo Estado com vistas ao bem-estar público, defende o direito ao trabalho, não acredita no liberalismo ortodoxo, e pode ser considerado da terceira via “avant la lettre”.

Marx por outro lado, embora contemporâneo de Tocqueville, era mais novo. Não há sinais que Tocqueville tenha tido familiaridade com as obras de Marx, mas este, a seu turno, chega a citar Tocqueville, quando se refere aos Estados Unidos.

Ao longo desse estudo, o que pudemos observar com clareza é que tratavam-se de dois estudiosos que analisaram os mesmos fenômenos, de uma mesma época, partindo de pontos inversos: de origem aristocrática, Tocqueville assistiu e analisou os eventos como quem olha de cima para baixo, e lá em baixo viu, entusiasmado, uma sociedade que, numa primeira e idealista interpretação, caminhava para igualdade e florescia rumo à democracia.

Na outra ponta, de origem mais modesta, Marx, que vislumbrava o mundo que se transformava de baixo para cima, não assistia os eventos como mero espectador, se envolveu desde cedo em uma militância combativa que lhe custou exílios sucessivos, estava no meio do povo vivendo as suas lutas, e como estava no “nível da rua”, tinha uma visão menos romântica e muito mais dura da ascensão da burguesia e do Estado Burguês.

Apesar de serem duas visões que partem de pontos opostos, convergem na análise da realidade brutal de trabalhadores explorados por um capitalismo industrial brutal, inclemente, que se expandia, dominada por uma burguesia, ou uma nova aristocracia, sem coração, gananciosa, imoral, sem qualquer vínculo ou compaixão com aqueles sobre quem enriqueciam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARON, Raymond. *Estudos Políticos*. Tradução de Sérgio Bach. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

BÉGIN, Christian. Tocqueville et l’Economie Politique. In: *The Tocqueville Review/La Revue Tocqueville*, Toronto, v.29, 2008, p. 187-216.

BENOÎT, Jean-Luis. *Alexis de Tocqueville : Textes Économiques, Anthologie Critique*. Paris: Pocket, 2005

KESLASSY, Eric. *Le libéralisme de Tocqueville a L’épreuve du Pauperisme*. Montreal: L’Harmattan, 2000.

LÖWY, Michael, *A Teoria da Revolução no Jovem Marx*. Tradução de Anderson Gonçalves. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARX, Karl. *Le Capital*. Tradução de Louis Althusser. Paris: Flammarion, 1985.

_____. *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/critica/index.htm>>, Acesso em 15, agosto, 2019.

_____. *Crítica ao Programa de Gotha: Observações sobre o Programa do Partido Operário Alemão*. In: ANTUNES, Ricardo. *A Dialética do Trabalho – Escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Da Democracia à cabeça do alfinete – a nova aristocracia manufatureira e a alienação do trabalhador: um ponto de encontro de Marx e Tocqueville I Carlos Stuart Coronel Palma Júnior

_____. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008.

Marxhausen, Thomas. História crítica das Obras completas de Marx e Engels. Tradução de Nélio Schneider. *Crítica marxista*, v. 39, p. 95-124, 2014.

POGREBINSCHI, Thamy. *Enigma do Político: Marx contra a política moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

REIS, Helena Esser. Política e religião no pensamento de Tocqueville. In: *Revista UCPEL*. Pelotas, vol. 7, n.1, p. 93-100, 1997.

_____. Da paixão pela igualdade à desigualdade e opressão: Ruína da Democracia. In: COSTA, Marta Nunes (Org.). *Razões, Paixões, Utopias Democracia em questão*. –, Ed. Liberars, São Paulo, p. 79-93, 2018.

ROS, Juan Manuel. *Los Dilemas de la Democracia Liberal – Sociedad Civil y democracia en Tocqueville*. Barcelona: Crítica2001.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: sentimentos e opiniões*. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004, t.1.

_____. *A democracia na América: sentimentos e opiniões*. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004, t.2.

_____. *O Antigo Regime e a Revolução*. Tradução de Yvonne Jean. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1989.

_____. *Viagens à Inglaterra e à Irlanda*. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário, 2000.

_____. *Antigo Regime e a Revolução*. Tradução de Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015.

_____. *Ensaio sobre a Pobreza*. Tradução de Juliana Lemos. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2003.

VIEIRA, Júlia Lemos. *Caminhos da Liberdade no jovem Marx*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2017.